



ESTADO DO MARANHÃO  
**DIÁRIO OFICIAL**



**PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS**

ANO XLVI Nº 052 SÃO LUÍS, SEXTA - FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2022 ESTA EDIÇÃO CONTÉM: 14 PÁGINAS

**COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS  
GASMAR**

**BALANÇO PATRIMONIAL**



**SUPLEMENTO**

---

## COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo Em 31 de Dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras



## COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS GASMAR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES *ACERCA*  
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2021  
na 1 de 5

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2021**

Aos Ilmos. Srs. Acionistas, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS - GASMAR CNPJ(MF) 05.121.359/0001-30 Rua Azulões, Q. 02, Lote 01, Sala 607 Edifício Office Tower - Jardim Renascença São Luís - MA 1) **Opinião sem ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS - GASMAR (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS - GASMAR em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2) **Base para Opinião sem Ressalva** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 3) **Ênfase** Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 22 que passamos a transcrever: "Em 15 de fevereiro de 2022 a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, informa que concluiu, em conjunto com sua controlada Petrobras Gás S.A. (Gaspetro), a transação para finalizar o litígio judicial pendente com a Termogás S.A. (Termogás). Como resultado dessa operação, a Termogás adquiriu as ações da Companhia Maranhense de Gás (Gasmar) detidas pela Gaspetro, que corresponde a 23,5% do capital social total." 4) **Outros Assuntos 4.1. Relatório de Administração** A administração da GASMAR é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar. 4.2. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram por nós examinadas, cujo relatório emitido em 11 de fevereiro de 2021, sem modificação de opinião. 5) **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da GASMAR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a GASMAR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da GASMAR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. 6) **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Luís/MA, 18 de fevereiro de 2022 AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/PE 000150/O "S" MA Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" MASócio Sênior Phillipe de Aquino Pereira Thomaz de Aquino Pereira Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" MA Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" MA.



**COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS - GASMAR**  
**CNPJ 05.121.359/0001-30**

**NIRE: 21300008969 EM 27.06.2002**

**RUA AZULÕES, Q. 02, LOTE 01, SALA 607 - EDIFÍCIO OFFICE  
 TOWER - JARDIM RENASCENÇA CEP 65.075-060 - SÃO LUÍS - MA**

BALANÇO PATRIMONIAL  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	39.280	17.546
Contas a Receber	5	6.441	7.926
Adiantamentos		28	12
Tributos a Recuperar		0	0
Estoques	6	796	883
Despesas Antecipadas		132	114
		<u>46.677</u>	<u>26.482</u>
<b>Não Circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo		307	347
Imobilizado	7	1.910	1.867
Intangível	8	795	786
Diferido	9	234	435
Ativos de Direito de Uso	10	573	674
		<u>3.819</u>	<u>4.109</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>50.496</u></b>	<b><u>30.590</u></b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
 PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
		-	-
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	16	<b>53.747</b>	<b>32.074</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	17	(5.934)	(6.215)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>47.813</b>	<b>25.859</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(7.454)</b>	<b>(6.562)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	17	(6.705)	(5.863)
Despesas Tributárias	17	(49)	(45)
Depreciação e Amortização	17	(703)	(656)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	17	3	2
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>40.359</b>	<b>19.297</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>			
Receitas Financeiras	18	974	277
Despesas Financeiras	18	(59)	(46)
		<u>915</u>	<u>231</u>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>41.274</b>	<b>19.528</b>
<b>DESPESA COM CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	19	(1.782)	(1.037)

<u>PASSIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	668	525
Obrigações Sociais a Pagar	12	1.353	1.033
Obrigações Tributárias a Recolher	13	3.478	2.912
Dividendos a Pagar	15	25.924	11.727
Passivos de Arrendamento	14	189	118
Outras Contas a Pagar		12	7
		<u>31.624</u>	<u>16.321</u>
<b>Não Circulante</b>			
Outras Obrigações de Longo Prazo		290	290
Passivos de Arrendamento	14	438	566
		<u>728</u>	<u>856</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	15	7.920	7.920
Reservas de Lucro		10.225	5.493
		<u>18.145</u>	<u>13.413</u>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b><u>50.496</u></b>	<b><u>30.590</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2021**

Fábio Moreira Amorim  
 Diretor Administrativo e  
 Financeira

Hilany Kim Gomes Coelho  
 Contadora  
 CRC/MA 012537/O-1

Sebastião Torres Madeira  
 Diretor Presidente



DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA	19	(4.927)	(2.856)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>34.565</u>	<u>15.635</u>
Lucro por ação		<u>14,84</u>	<u>6,71</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2021

Sebastião Torres Madeira  
Diretor Presidente

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e  
Financeira

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CRC/MA 012537/O-1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ )

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	34.565	15.635
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>34.565</u>	<u>15.635</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2021

Sebastião Torres Madeira  
Diretor Presidente

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e  
Financeira

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CRC/MA 012537/O-1

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO  
PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 2021 E 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ )

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros		
			Reserva de Dividendos Reserva Legal Adicionais	Lucros Acumulados	
				Total	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		7.920	1.584 3.344	-	12.848
Lucro líquido do período		-	-	15.635	15.635



Destinações:	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	(11.727)
Constituição de reserva de dividendos adicionais		-	-	3.909
Dividendos Distribuídos	15	-	-	(3.344)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<u>7.920</u>	<u>1.584</u>	<u>3.909</u>
Lucro líquido do período		-	-	-
Destinações:				34.565
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-
Constituição de reserva de dividendos adicionais		-	-	8.641
Dividendos Distribuídos	15	-	-	(3.909)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<u>7.920</u>	<u>1.584</u>	<u>8.641</u>
				<u>0</u>
				<u>13.413</u>
				<u>34.565</u>
				<u>(25.924)</u>
				<u>(8.641)</u>
				<u>(3.909)</u>
				<u>18.145</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2021

Sebastião Torres Madeira  
Diretor Presidente

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CRC/MA 012537/O-1

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e  
Financeira

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2021	2020
Fluxo de caixa das Atividades Operacionais			
- Lucro do período		34.565	15.635
Ajustes para conciliar o lucro do período ao caixa aplicado nas atividades operacionais:			
- Depreciação e amortização	17	703	656
- Juros incorridos - AVP de arrendamentos	18	56	45
- Valor Residual de bens baixados do ativo imobilizado	7	-	8
Acréscimos e Decréscimos de Ativo e Passivo:			
- Aumento de contas a receber de curto prazo/longo prazo		1.468	(35)
- Redução (aumento) de estoques		87	(127)
- Aumento outros ativos curto e longo prazo		24	(38)
- Aumento (redução) de fornecedores		144	(360)
- Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições curto e longo prazo		885	(141)
- Redução de outros passivos curto e longo prazo		5	(2)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>37.936</u>	<u>15.641</u>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de Investimento</b>			
- Adição ao Imobilizado e ao Intangível	7 e 8	(408)	(112)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<u>(408)</u>	<u>(112)</u>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de Financiamento</b>			
- Pagamento de Dividendos	15	(15.635)	(13.377)
- Pagamento de Passivo de Arrendamento		(159)	(175)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<u>(15.794)</u>	<u>(13.552)</u>
<b>Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalente de caixa</b>		<u>21.734</u>	<u>1.977</u>



Caixa e Equivalentes de Caixa :No  
início do período

4 17.546 15.569

No final do período

4 39.280 17.546

Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalente de caixa

21.734 1.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2021

Sebastião Torres Madeira  
Diretor Presidente

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e  
Financeira

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CRC/MA 012537/O-1

### COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS - GASMAR

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS A Companhia Maranhense de Gás – Gasmar (“Companhia”) foi constituída em 26 de junho de 2002 com autorização da Lei Estadual nº 7.595, de 11 de junho de 2001, como uma sociedade de economia mista, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado do Maranhão, no prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, em todo o território do Estado do Maranhão, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou para quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A Companhia poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execuções de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços e consultoria técnica a terceiros. Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviço de operação e manutenção do sistema de distribuição de gás natural com a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. Esse contrato teve como intervenientes anuentes a ENEVA S.A., a Parnaíba Gás Natural S.A. e a Petra Energia S.A. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 3.1 Instrumentos financeiros Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Ao reconhecer, pela primeira vez, um ativo financeiro, a entidade deve classificá-lo ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto

(b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Ao reconhecer, pela primeira vez, um passivo financeiro, a entidade deve classificá-lo ao custo amortizado, exceto no caso de passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Caixa e equivalentes de caixa e Contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Contas a pagar a fornecedores, Passivos de arrendamento e Dividendos a pagar. 3.1. 1. Caixa e equivalentes de caixa São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 3.1. 2. Contas a receber As contas a receber de clientes são demonstradas ao seu valor de realização, conforme nota explicativa nº 5. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas Demonstrações Contábeis. 3.2. Estoque Os estoques da Companhia estão representados por Almoxarifados para uso e consumo nas atividades operacionais e são demonstrados ao custo médio das compras, inferior ao custo de reposição e/ou ao valor de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para cobrir eventuais perdas. Ver nota explicativa nº 6. 3.3. Imobilizado É demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas levando em consideração as taxas anuais descritas na nota explicativa nº 7. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas e benfeitorias é acrescido ao valor contábil do ativo, quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando existir evidências de que nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é evidenciado na Demonstração do Resultado do período em que o ativo for baixado. 3.4. Intangível Ativos intangíveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao cus-



to, deduzido da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 3.5. Diferido De acordo com a Lei nº 11.941/09, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no Diferido representam gastos pré-operacionais referentes à manutenção de estrutura administrativa e outros, incorridos até 31 de dezembro de 2008. A Companhia está, desde o início das suas operações em 1º de março de 2013, amortizando o saldado diferido em dez anos, pelo método linear. 3.6. Ativos de Direito de Uso A partir de 1º de janeiro de 2019, por exigência da NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, emitida pelo CFC que aprovou a IFRS 16/ CPC 06 – Arrendamentos, a Companhia reconheceu em seu Balanço Patrimonial os contratos de aluguéis enquadrados no requisito da referida norma como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. A norma define que existe um “arrendamento” quando a empresa controla o uso de um ativo identificado, por um período, em troca de remuneração. A despesa de juros incidente sobre o passivo de arrendamento e a despesa com a amortização do direito de uso do ativo adjacente são reconhecidos separadamente no resultado da Companhia. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Companhia amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento (definido em contrato), até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Ver notas explicativas 10 e 14. 3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda pela desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 3.8. Direitos e obrigações São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. As obrigações são classificadas em: a) Circulante São os direitos e as obrigações conhecidos e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício social subsequente (próximos doze meses) à data do Balanço Patrimonial. b) Não circulante São os direitos e as obrigações conhecidos e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício social subsequente à data do Balanço Patrimonial. 3.9. Apuração do resultado O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil de competência. 3.10. Provisões Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável”. Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída em 2020 e 2019. 3.11. Principais fontes de julgamento e estimativas Na preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo CFC, é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políti-

cas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, ao seguinte aspecto: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, a qual, apesar de refletir o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, pode eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	4	4
Aplicações financeiras	39.276	17.543
<b>TOTAL</b>	<b>39.280</b>	<b>17.546</b>

As aplicações financeiras referem-se às operações em fundos de investimentos lastreados em títulos público indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e à taxa SELIC, cujos resgates podem ocorrer a qualquer momento. A taxa de rendimento médio do ano 2021 referente aos fundos foi de 3,51%. Elas não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados deliquidez imediata e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2021	31/12/2020
Parnaíba II Geração de Energia S/A	3.055	3.332
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S/A	3.386	4.594
<b>TOTAL</b>	<b>6.441</b>	<b>7.926</b>

A Companhia possui como clientes, a Parnaíba I Geração de Energia S/A, a Parnaíba II Geração de Energia S/A, a Parnaíba III Geração de Energia S/A e a Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S/A, para as quais deve prestar serviço de operação e manutenção do sistema de distribuição de gás natural. O prazo para os recebimentos das faturas está previsto em contrato, e ocorrem em três parcelas mensais, iguais e sucessivas. Em caso de atraso no recebimento, há incidência de multa e juros, conforme cláusula contratual. A Administração da Companhia não julgou necessário o reconhecimento de perda estimada com créditos deliquidação duvidosa.

## 6. ESTOQUES

	31/12/2020	31/12/2020
Almoxarifado de materiais de manutenção	792	880
Almoxarifado de materiais de uso e consumo	4	3
<b>TOTAL</b>	<b>796</b>	<b>883</b>





## 7. IMOBILIZADO

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias	Total
Taxa anual de depreciação	10%	10%	20%	10%		
<u>Custo corrigido</u>						
Saldos em 31/12/2019	639	489	448	30	1.851	3.221
Adições	66	3	18	-	22	282
Baixas	(5)	(11)	-	-	-	(46)
Saldos em 31/12/2020	700	480	467	30	1.873	3.551
Adições	302	10	23	-	59	394
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	1.002	490	490	30	1.933	3.945
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldos em 31/12/2019	(183)	(245)	(357)	(20)	(546)	(1.351)
Adições	(86)	(49)	(40)	(3)	(163)	(341)
Baixas	3	5	0	0	0	8
Saldos em 31/12/2020	(266)	(289)	(398)	(23)	(709)	(1.684)
Adições	(91)	(49)	(37)	(3)	(171)	(350)
Baixas	0	0	-	-	-	0
Saldos em 31/12/2021	(357)	(338)	(435)	(26)	(880)	(2.035)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldos em 31/12/2020	434	191	69	8	1.165	1.867
Saldos em 31/12/2021	645	152	55	5	1.053	1.910

## 8. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	31/12/2021	31/12/2020
Softwares	20%	828	814
Marcas e patentes	20%	19	19
(-) Amortização acumulada		(52)	(47)
TOTAL		795	786
<u>Movimentação</u>			
	Custo corrigido	Amortização	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	831	(42)	790
Adições	2	(5)	(4)
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	833	(47)	786
Adições	14	(5)	8
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	847	(52)	795

## 9. DIFERIDO

	31/12/2021	31/12/2020
Gastos Administrativos	2.311	2.311
Resultado Financeiro Líquido	(348)	(348)
Gastos Tributários	45	45
Subtotal	2.008	2.008
Amortização Acumulada	(1.774)	(1.573)
Total	234	435



## Movimentação

	<u>Amortização</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.372)
Adições	(201)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.573)
Adições	(201)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>(1.774)</u>

## 10. ATIVOS DE DIREITO DE USO

	<u>Expectativa de Uso (anos)</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Direito de Uso - Imóveis (sala 602)	7	102	102
Direito de Uso - Imóveis (sala 603-609)	8	734	683
Direito de Uso - Imóveis (sala 621)	4	60	60
Direito de Uso - Imóveis (sala 622)	6	83	88
(-) Amortização acumulada		(405)	(259)
TOTAL		<u>573</u>	<u>674</u>

No exercício de 2021, a Companhia reajustou seus contratos de aluguéis em decorrência da cláusula contratual de reajuste anual pelo IGP-M.

## 11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ENGEAR Engenharia Ltda	327	-
STEAG Energy Ltda	-	398
Emerson Process Management Ltda	230	-
WTL Turismo EPP	14	6
Outros	98	120
Total	<u>668</u>	<u>525</u>

## 12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
INSS a Recolher	102	95
FGTS a Pagar	18	27
Provisão para Férias	262	298
Provisão para Encargos sobre as Férias	91	104
Participações no Resultado a Pagar	781	508
Outros	98	2
TOTAL	<u>1.353</u>	<u>1.033</u>

## 13. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ a Pagar	2.245	1.538
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a Pagar	659	469
Provisão para Programa de Integração Social - PIS a Pagar	42	52
Provisão para Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a Pagar	193	238
Imposto Sobre Serviços - ISS a recolher	211	466
Outros	127	150
TOTAL	<u>3.478</u>	<u>2.912</u>

## 14. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

	<u>Taxa de Desconto</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Arrendamento a Pagar no Curto Prazo		225	158
(-) Ajuste a Valor Presente	7,33%	(36)	(40)
Arrendamento a Pagar no Longo Prazo		502	667
(-) Ajuste a Valor Presente	7,33%	(64)	(101)
TOTAL		<u>627</u>	<u>684</u>



Os passivos de arrendamento devem ser mensurados a valor presente dos pagamentos, usando-se a taxa de juros para desconto, implícita nos contratos existentes, se essa taxa puder ser determinada prontamente. Quando não for possível se estimar a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento, a entidade deve usar a taxa incremental de juros de seus empréstimos.

A Administração da Companhia definiu, para mensuração dos passivos de arrendamento a valor presente, taxa de juros de 7,33% a.a.

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$7.920 e está representado por 2.329.408 ações ordinárias e preferenciais.

### Posição em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

	Quantidade de ações			Participação	Capital Integralizado
	Ordinárias	Preferenciais	Total		
Estado do Maranhão	593.999	-	593.999	25,50%	2.020
Petrobras Gás S.A. – GASPETRO	244.588	302.823	547.411	23,50%	1.861
Termogás S.A.	326.117	861.881	1.187.998	51,00%	4.039
<b>TOTAL</b>	<b>1.164.704</b>	<b>1.164.704</b>	<b>2.329.408</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.920</b>

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social, bem como na distribuição de dividendo mínimo, cumulativo de 6%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado.
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia.
- Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes.
- Em caso de liquidação da Companhia os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica “Capital social” da Companhia.
- No exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendo prioritário, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica “Reservas de capital”.

O Estatuto Social prevê que, do lucro apurado no fim de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

É assegurada aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 75% do lucro líquido ajustado nos termos da lei em cada exercício.

### Dividendos provisionados

	2021	2020
Saldo inicial	11.727	10.032
Dividendos mínimos obrigatórios	25.924	11.727
Dividendos pagos	(15.635)	(13.377)
Dividendos adicionais propostos	3.909	3.344
Saldo final	25.924	11.727

## 16. RECEITA LÍQUIDA

	2021	2020
Receita bruta de prestação de serviço	58.837	35.111
PIS	(382)	(228)
COFINS	(1.765)	(1.053)
ISS	(2.942)	(1.756)
Total das deduções	(5.089)	(3.037)
Receita líquida	53.747	32.074

## 17. DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pela NBC TG 26 editada pelo CFC, equivalente ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, segue o detalhamento das despesas apresentadas na Demonstração do Resultado por natureza:

	2021	2020
Serviços de Terceiros	(2.822)	(3.352)
Despesa com Pessoal	(5.569)	(4.842)
Participação nos Lucros e Resultados	(776)	(508)
Remuneração de Administradores	(1.076)	(1.053)
Despesas com Viagem	(404)	(163)



Associação de Classe	(515)	(515)
Utilidades e Serviços	(149)	(119)
Assessoria Jurídica	(168)	(100)
Ocupação	(41)	(69)
Depreciação e Amortização	(703)	(656)
Outros	(1.166)	(1.400)
<b>Total</b>	<b>(13.388)</b>	<b>(12.777)</b>

## Classificados como:

Custos dos serviços prestados	(5.934)	(6.215)
Despesas gerais e administrativas	(6.705)	(5.863)
Depreciação e Amortização	(703)	(656)
Despesas Tributárias	(49)	(45)
Outras receitas e despesas operacionais	3	2
<b>Total</b>	<b>(13.388)</b>	<b>(12.777)</b>

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	972	276
Juros ativos	-	-
Outras receitas financeiras	2	1
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas bancárias	-3	-1
Juros sobre Arrendamento - AVP	-56	-45
<b>TOTAL</b>	<b>915</b>	<b>231</b>

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	2020
<b>Receita</b>	<b>58.837</b>	<b>35.111</b>
Percentual de Presunção – IRPJ e CSLL	32%	32%
Lucro Presumido	18.828	11.235
Receita de Aplicações Financeiras	977	281
Base de Cálculo dos Impostos	19.805	11.516
Imposto de Renda (15%) e Adicional (10%)	-4.927	-2.855
Contribuição Social (9%)	-1.782	-1.036
<b>Total</b>	<b>-6.710</b>	<b>-3.892</b>

20. SEGUROS A Companhia mantém cobertura de seguros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos nas suas operações. Os contratos vigentes são referentes aos seguros das salas comerciais onde funciona a sede da Companhia e ao seguro de responsabilidade civil dos Administradores e Diretores. 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS a) Considerações gerais No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, taxa de juros e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes. b) Gestão do risco da taxa de juros Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na nota explicativa nº 4. c) Gestão do risco de liquidez A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos. e) Derivativos A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em

31 de dezembro de 2021 e de 2020. 22. EVENTOS SUBSEQUENTES Em 15 de fevereiro de 2022 a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, informa que concluiu, em conjunto com sua controlada Petrobras Gás S.A. (Gaspetro), a transação para finalizar o litígio judicial pendente com a Termogás S.A. (Termogás). Como resultado dessa operação, a Termogás adquiriu as ações da Companhia Maranhense de Gás (Gasmar) detidas pela Gaspetro, que corresponde a 23,5% do capital social total. 23. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS A Administração autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Contábeis em 31 de janeiro de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre estas Demonstrações Contábeis, quando requeridos.

Sebastião Torres Madeira  
Diretor Presidente

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e  
Financeira

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CRC/MA 012537/O-1

**EXTRATO DA ATA DA OCTOGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR - CNPJ/MF Nº 05.121.359/0001-30 - NIRE 21300008969** Aos dez dias do mês de março de 2022 às 16h00min, na Rua dos Azulões, Quadra 02, Lote 01, Ed. Office Tower,



Sala 607, Jardim Renascença, CEP 65075-060- São Luís - Maranhão. PRESENÇA - reuniu-se, de forma não presencial, o Conselho de Administração da GASMAR com a participação dos Conselheiros Titulares os Srs. José Carlos de Salles Garcez, Hermano Darwin Vasconcelos Mattos, Manoel Junior Ferreira Veloso, Letícia Cristine Ribeiro Pinheiro e Luiz Amorim Fernandes Jr, para deliberação da seguinte ORDEM DO DIA: I) Examinar o Relatório Integrado de Administração, Políticas Públicas e Governança Corporativa da GASMAR, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; II) Conhecer o Relatório de Metas do exercício social de 2021 e encaminhar a apuração do cumprimento das metas do Programa de Participação nos Lucros e do Programa de Participação nos Resultados para a Assembleia Geral; III) Analisar a proposta de destinação do Lucro Líquido e de distribuição dos Dividendos remanescentes do exercício de 2021, e deliberar sobre o seu encaminhamento à Assembleia Geral; IV) Analisar a proposta de remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para encaminhamento à Assembleia Geral; V) Deliberar sobre a Revisão do Orçamento GASMAR 2022. DELIBERAÇÕES: O Presidente deu início aos trabalhos da Octogésima Quinta Reunião e, após a leitura da Ordem do Dia, o colendo, em unanimidade, decidiu: i). Aprovar, nos termos art. 14, inciso V, do Estatuto Social da Companhia, o Relatório Integrado de Administração, Políticas Públicas e Governança Corporativa, o Parecer emitido pela Audimec Auditores Independentes, bem como o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da GASMAR referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Em observância ao disposto no art. 163, Inciso II, da Lei 6.404/76, o colegiado determinou o encaminhamento de todos os documentos à análise e emissão de Parecer do Conselho Fiscal da GASMAR, tendo em vista o envio da matéria à deliberação da Assembleia Geral dos acionistas da Companhia; ii). Aprovar, considerando o resultado financeiro obtido pela Companhia e a observância dos critérios estabelecidos nos Programas de PLR 2021, o Relatório de Metas 2021 com a apuração dos valores a serem pagos a título de Participação nos Lucros, a Diretores e, de Participação nos Resultados, a empregados, devendo ser pago em parcela única no dia 22 de março de 2022; iii). Aprovar, com fundamento no art. 202 da Lei 6.404/76, e arts.29 e 30 do Estatuto Social da GASMAR, a destinação do Lucro Líquido da Companhia referente do exercício social de 2021; iv). Aprovar a fixação da remuneração dos administradores (Diretores e Conselheiros de Administração) e dos membros titulares do Conselho Fiscal da GASMAR, nos termos da proposta apresentada pela Diretoria Executiva com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. Consoante o disposto no art. 152 da Lei 6.404/76, o colegiado determinou o envio da matéria à deliberação da Assembleia Geral convocada para fixar a remuneração dos administradores da Companhia; v). Aprovar, na forma do art. 14, inciso XIII, do Estatuto Social da GASMAR, a Revisão do Orçamento GASMAR 2022, tendo em vista o remanejamento orçamentário necessário para fazer frente às demandas da Companhia. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, é assinada por todos os conselheiros, em 03 (três) vias de igual teor e forma. São Luís, 10 de março de 2022.

**EXTRATO ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR CNPJ/MF Nº 05.121.359/0001-30 - NIRE 21300008969**  
Aos dez dias do mês de março de 2022 às 16h00min, na Rua dos Azulões, Quadra 02, Lote 01, Ed. Office Tower, Sala 607, Jardim Renascença, CEP 65075-060- São Luís - Maranhão. PRESENÇA - reuniu-se, de forma não presencial, Aos dez dias do mês de março de 2022, às 17h, realizou-se na sede da Companhia Maranhense de Gás – GASMAR, situada na rua Azulões, 1, Edifício Office Tower, sala 607, Jardim Renascença, São Luís – MA, a Quinquagésima Quarta Reunião do Conselho Fiscal da Gasmar, com a presença dos membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia, os Srs. André Gustavo Lins de Macedo e José Augusto Gomes Nogueira para deliberação da seguinte ordem do dia: a) Examinar as demonstrações financeiras do exercício social de 2021 e emitir opinião; b) Examinar e opinar sobre proposta

de destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31.12.2021; c) Tomar conhecimento sobre os atos de gestão e do Relatório Integrado de Administração, Políticas Públicas e Governança Corporativa da GASMAR referente ao exercício de 2021. Deliberações: Após análise das matérias constantes da pauta, os membros do Conselho Fiscal tomaram, por unanimidade, as seguintes deliberações: a) Examinadas as demonstrações contábeis e tomados os esclarecimentos do Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Fábio Moreira Amorim, sobre as demonstrações e os atos de gestão, e tomando por base o Parecer dos auditores independentes – Audimec Auditores Independentes – datado de 18/02/2022, o Conselho Fiscal manifestou-se favoravelmente aos Relatórios e Demonstrações Financeiras apresentados, e ao envio dos mesmos à apreciação e deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, acompanhados do Parecer anexo a esta ata, assinado por todos os conselheiros fiscais; b) pós o exame da proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31.12.2021, apresentado pela Diretoria da Gasmar, e por considerá-la em acordo às normas estatutárias e em conformidade com a Lei 6.404/76, este conselho deliberou favoravelmente à apresentação aos acionistas para deliberação em Assembleia Geral; c) Após o exame do Relatório Integrado de Administração, Políticas Públicas e Governança Corporativa da GASMAR referente ao exercício de 2021, este Conselho delibera favoravelmente à sua apresentação para apreciação dos acionistas em Assembleia Geral. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata, a qual após lida e aprovada foi assinada por todos os conselheiros em duas vias de igual teor e posterior arquivamento. São Luís- MA, 10 de março de 2022.

**COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR CONSELHO FISCAL PARECER** O Conselho Fiscal da Companhia Maranhense de Gás – GASMAR, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Integrado de Administração, Políticas Públicas e Governança Corporativa, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Resultado Abrangente, dos Fluxos de Caixa e das notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2021, e, tomando por base o parecer dos auditores independentes – Audimec Auditores Independentes - datado de 18/02/2022, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, é de **OPINIÃO FAVORÁVEL** que os referidos Relatórios e Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. São Luís- MA, 10 de março de 2022. **ANDRÉ GUSTAVO LINS DE MACEDO JOSÉ AUGUSTO GOMES NOGUEIRA** Conselheiro Fiscal **EDNALDO DARTAGNAN VERAS NEVES** Conselheiro Fiscal.

A Unidade de Gestão do Diário Oficial	<p><b>Edita,</b></p> <p><b>Imprime e</b></p> <p><b>Distribui</b></p> <p><b>qualidade ao público</b></p>
---------------------------------------	---



**CASA CIVIL**  
Unidade de Gestão do Diário Oficial

E-mail: [doem@casacivil.ma.gov.br](mailto:doem@casacivil.ma.gov.br)  
Palácio Henrique de La Rocque, Avenida Jerônimo de Albuquerque, S/N, Calhau.  
Fone: 2016-4362 CEP.: 65.010 - 170 – São Luís - MA

# ESTADO DO MARANHÃO

# DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

## CASA CIVIL

### Unidade de Gestão do Diário Oficial

Palácio Henrique de La Rocque, Avenida Jerônimo de Albuquerque, S/N, Calhau.

Fone: 2016-4362 CEP.: 65.010 - 170 – São Luís - MA

E-mail: atendimento.diariooficial@gmail.com – Site: www.diariooficial.ma.gov.br

FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA  
Governador

DIEGO GALDINO DE ARAUJO  
Secretário-Chefe da Casa Civil

TEREZA RAQUEL BRITO BEZERRA FIALHO  
Diretora-Geral do Diário Oficial

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial, observe atentamente as instruções abaixo:

- a) Edição dos textos enviados a Unidade de Gestão do Diário Oficial em CD ou Pen Drive;
- b) Medida da Página - 17cm de Largura e 25 cm de Altura;
- c) Editor de texto padrão: Word for Windows - Versão 6,0 ou Superior;
- d) Tipo da fonte: Times New Roman;
- e) Tamanho da letra: 9;
- f) Entrelinhas automático;
- g) Excluir linhas em branco;
- h) Tabelas/quadros sem linhas de grade ou molduras;
- i) Gravar no CD ou Pen Drive sem compactar, sem vírus de computador;
- j) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dias após a circulação do Diário Oficial;
- k) Se o erro for proveniente de falha de impressão, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do CD ou Pen Drive, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
- l) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas;
- m) Utilize tantos CDs ou Pen Drives quanto seu texto exigir;
- n) Entrega de originais, 48 horas antes da data solicitada para Publicação.

Informações pelo telefone (98) 2016-4362

## TABELA DE PREÇOS

PUBLICAÇÕES	VALOR DO EXEMPLAR
Valor centímetro x coluna (1cm x 8,5cm)	Exemplar do dia.....R\$ 0,80
Terceiros..... R\$ 7,00	Após 30 dias de circulação. .... R\$ 1,20
Executivo..... R\$ 7,00	Por exercício decorrido ..... R\$ 1,50